



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

17 A 21 DE JUNHO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados/ *Pautas divulgadas após o envio da agenda.*

Terça-feira (18/06), 15h00

REQ 1858/2024 - Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 1.725, de 2024.

Ementa: Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e dá outras providências.

Autor: José Guimarães (PT/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

Quarta-feira (19/06), 13h55

PL 13/2020 - Altera a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, para *ampliar o crédito financeiro concedido no caso de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação* relativos a bens classificados nas posições 8471.30.1, 8471.4, 8471.50.10 e 8473.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), independentemente de serem decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País.

Autor: Capitão Alberto Neto (REP/AM)

Relator: André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal.](#)

Terça-feira (18/06)

CPOVOS - COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQ 16/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 47/2024, que “Dispõe sobre o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas (FUNDSAM) e do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá”.

Convidados:

- Aylla;
- Breno Consoli;
- Breno Sarpi;
- Cristiano Gadelha;
- Daniel Guth;
- Raimundo Batista

Autor: Delegado Caveira (PL/PA)

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Autor.

REQ 21/2024 - Requer seja realizada audiência pública conjunta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional para debater acerca do desenvolvimento das cadeias produtivas da Amazônia.

Convidados:

- Dra. Ana Margarida Castro Euler, Engenheira Florestal, Mestre e Doutora em Ciências Ambientais e Florestais pela *Graduate School of Environment and Information Science* da *Yokohama National University*, Japão
- Antônio Pinheiro Teles Junior, Vice-governador do Estado do Amapá, professor da Universidade Federal do Amapá e economista;
- Patrícia Matta, Gerente Sr. de Sustentabilidade na Natura & Co Latam, com foco em Biodiversidade e Amazônia;
- Joaquim Correa de Souza Belo, Coordenador de Projetos e Membro de Comitê Gestor e Conselhos: Projeto Puxirum (Governo Finlandês/ Santarém);
- Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e
- João Francisco, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC).

Autor: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Resultado: [Aprovado](#).

GTCGIBS- GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A TRATAR SOBRE O COMITÊ GESTOR E DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO IBS

Audiência Pública - Tema: Administração tributária - fisco.

Resultado: [Realizada](#).

GTRETRIB - GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024

Audiência Pública – Tema: Zona Franca de Manaus, simples e regime específico de compras públicas.

Resultado: [Realizada](#).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PL 927/2023 - Dispõe sobre a criação do programa nacional de socorro emergencial a empreendedores atingidos por tragédias climáticas e dá outras providências.

Autor: Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e da emenda, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\)](#).

PL 4857/2023 - Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Micro e Pequenas Empresas – Desenrola MPEs.

Autor: Jorge Goetten (PL/SC)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, da Emenda 1/2023-CICS, e dos apensados, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator](#).

PL 323/2024 - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao empregado demitido sem justa causa que integre sociedade empresária ou seja microempreendedor.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Delegado Ramagem (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Vista ao Deputado Luis Carlos Gomes \(REP/RJ\)](#).

PL 606/2024 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela.

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, por solicitação do Relator](#).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PEC 18/2011 - Dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

Autor: Dilceu Sperafico (PP/PR)

Relator: Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer: Pela admissibilidade desta e apensadas

Resultado: Não deliberado.

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Resultado: Não deliberado.

PDL 4/2023 - Susta os efeitos dos dispositivos do Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, que instituem a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, na estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União.

Explicação: O autor critica especialmente a previsão de atuação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia responsável por tratar de "desinformação sobre políticas públicas".

Autor: Mendonça Filho (UNIÃO/PE)

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação

Resultado: Aprovada a Redação Final. A matéria vai à sanção presidencial.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PLP 79/2022 - Estabelece normas gerais de fiscalização financeira da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe sobre a simetria de que trata o art. 75 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Explicação Geral: prevê a unificação e a padronização de diversas normas mantidas pela União com o objetivo de monitorar e avaliar a aplicação de recursos financeiros e orçamentários em políticas públicas.

Explicação: padroniza normas gerais sobre a fiscalização financeira da administração pública Autor: Fábio Trad PSD/MS

Autor: Fábio Trad PSD/MS

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: Aprovado o parecer. A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Quarta-feira (19/06)

OUTROS EVENTOS

Sessão Solene - Tema: Homenagem aos 35 anos do domínio ".br".

Resultado: Realizada.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Seminário - Finalidade: Debate sobre a chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05).

Resultado: Realizada.

GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024

Audiência Pública - Tema: Entidades imunes.

Resultado: Realizada.

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE

PDL 37/2019 - Susta a Resolução nº 2.227, de 13 de dezembro de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias.

Autor: Juscelino Filho (UNIÃO/MA)
Relator: Ismael Alexandrino (PSD/GO)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 474/2022 - Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S.

Autor: Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

Relator: Jorge Solla (PT/BA)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Retirado de pauta de ofício.](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQ 38/2024 - Requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito desta Comissão, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com a participação da Ilma. Ministra do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Nassar Tebet para debater as prioridades do Ministério do Planejamento e Orçamento para 2024, bem como, os projetos de integração dos países da América do Sul.

Convidada:

- Simone Nassar Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)

Resultado: [Aprovado.](#)

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada.

Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos (PSD/AM)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Incluída após o envio da Agenda

PL 1437/2022 - Dispõe sobre a disponibilização pelos órgãos públicos competentes de espaços públicos para a logística reversa.

Autor: Gustavo Fruet (PDT/PR)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Urbano \(CDU\).](#)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PL 2408/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para incluir no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) informações que permitam a identificação da origem dos recursos utilizados nas contratações.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência da Relatora.](#)

PL 1927/2023 - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE).

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 6100/2016 - Altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-se o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências.

Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943 para instituir o Simples Trabalhista, regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, cuja adesão é facultativa.

Autor: João Derly (REDE/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do apensado; e, no mérito, pela rejeição desde e do apensado.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / *Incluída após o envio da Agenda*

REQ 54/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o tema "O Futuro do Trabalho".

Convidados:

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC);
- Confederação Nacional dos Transportes (CNT);
- Força Sindical (FS);
- Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); e
- União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Autor: Luiz Gastão (PSD/CE)

Resultado: [Aprovado. A Audiência Pública foi transformada em Seminário.](#)

PL 4480/2012 - Acrescenta art. 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências", para assegurar, às pessoas com deficiência, a reserva de vagas em programas de qualificação profissional.

Autor: Lídice da Mata

Relator: Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / *Incluída após o envio da Agenda*

PL 2497/2021 - Dispõe sobre a oferta de educação híbrida.

Explicação: Institui que os sistemas de ensino poderão adotar, para a oferta do ensino médio, a educação híbrida, caracterizada por momentos presenciais e remotos com a utilização pedagógica e integração de várias tecnologias digitais.

Autor: Luisa Canziani (PSD/PR)

Relator: Ismael (PSD/SC)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 3.271/2021, apensado, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / *Incluída após envio da Agenda*

PEC 18/2011 - Dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

Autor: Dilceu Sperafico (PP/PR)

Relator: Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer: Pela admissibilidade desta e das PECs 35/2011, 274/2013, 108/2015, 2/2020, 77/2015 e 107/2015, apensadas

Resultado: Não deliberado.

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

Resultado: Não deliberado.

PDL 4/2023 - Susta os efeitos dos dispositivos do Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, que instituem a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, na estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União.

Explicação: O autor critica especialmente a previsão de atuação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia responsável por tratar de "desinformação sobre políticas públicas".

Autor: Mendonça Filho (UNIÃO/PE)

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos PDLs 14/2023, 22/2023, 27/2023, 38/2023, 58/2023 e 72/2023, apensados, com substitutivo.

Resultado: Vista conjunta concedida.

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Incluída após envio da Agenda

PL 3498/2019 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro de danos causados por colisão, incêndio, furto ou roubo dos veículos utilizados no transporte remunerado privado individual de passageiros

Autor: Altineu Côrtes (PL/RJ)

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e dos PLs 5756/2019, 5795/2019, 6110/2019, 3516/2020, apensados, na forma do Substitutivo Adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), com subemenda.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Seminário - Tema: Os novos desafios regulatórios do ecossistema digital

Resultado: Realizado.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Incluída após o envio da Agenda

REQ 30/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância do FNDCT para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país, com a finalidade de subsidiar a relatoria do PL nº 159/2023 que "Altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico".

Convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e
- Representante da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Autor: Gilson Daniel (PODE/ES)

Resultado: Aprovado.

PL 1358/2024 - Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que "Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI" para dispor sobre a oferta de bolsas de graduação tecnológica e o incentivo a inserção de estudantes em ambiente organizacional prático.

Autor: Pedro Campos (PSB/PE)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação \(CE\).](#)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL 1506/2024 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa” para vedar a comunicação ou notificação à pessoa idosa por meios eletrônicos.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Geraldo Resende (PSDB/MS)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.](#)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

REQ 39/2024 - Requer o aditamento do Requerimento 34/2024 – CPASF para a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar 42/2023 e apensado.

Autor: Erika Kokay (PT/DF)

Resultado: [Aprovado.](#)

PL 492/2020 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

Autor: Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)

Relator: Clarissa Tércio (PP/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência \(CPD\).](#)

PL 1966/2021 - Altera a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, tornando obrigatória a divulgação, nas aulas e cursos ministrados de forma não presencial, de mensagens de advertência e informes de orientação sobre o encaminhamento de denúncias contra atos de pedofilia, abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

Autor: Zé Vitor (PL/MG)

Relator: Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)

Parecer: Pela aprovação deste e pela rejeição do PL 4323/2023, apensado.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação \(CE\).](#)

PL 2777/2023 - Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a fim de promover a capacitação de menores aprendizes para a atividade profissional e o empreendedorismo, na forma que especifica, e dá outras providências.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda 1/2024 apresentada na CPASF, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Trabalho \(CTRAB\).](#)

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Não deliberado.](#)

PL 2622/2022 - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis.

Explicação: projeto estabelece que os aplicativos utilizados para acesso a consulta ou movimentação bancária deverão obrigatoriamente pedir a senha ou identificação biométrica do dispositivo móvel antes de carregar a tela inicial. Além disso, deverão: i) avisar e solicitar a concordância expressa do usuário se o dispositivo estiver conectado numa rede wi-fi pública ou de baixa segurança; ii) proporcionar opção para que o usuário possa bloquear temporariamente o acesso do aplicativo através de outro dispositivo móvel. Outra obrigação prevista é a da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) de manter número único para acesso a central telefônica, na qual o usuário que tiver seu aparelho furtado poderá efetuar o bloqueio temporário de todos os aplicativos de todos os bancos conveniados. Por fim, fica de responsabilidade exclusiva da

instituição bancária a restituição de movimentações fraudadas, efetuadas por terceiros, que aproveitem alguma falha de segurança comprovada.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 2966/2020 - Institui normas sobre a permuta digital.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Comunicação (CCOM).

GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024

Audiência Pública - Tema: Transição para o novo modelo, fixação de alíquotas e avaliação quinquenal.

Resultado: Realizada.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública - Tema: Recuperação judicial, extrajudicial e falência.

Resultado: Realizada.

Quinta-feira (20/06)

GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024

Audiência Pública - Tema: Reforma tributária e combate às desigualdades.

Resultado: Realizada.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Integração inteligente entre mercado de trabalho e expansão das graduações e do ensino técnico.

Resultado: Realizada.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (19/06), 14h00

PLP 124/2022 - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma da Emenda nº 6 (Substitutivo).

Resultado: Retirado de Pauta.

PLP 125/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Explicação: Dentre outros, o texto propõe acerca da extinção do crédito tributário, a sentença arbitral transitada em julgado de maneira favorável ao contribuinte.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, na forma da Emenda nº 6 (Substitutivo); e pela rejeição das demais emendas.

Resultado: Retirado de Pauta.

Terça-feira (18/06)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PLP 202/2021 - Altera a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito.

Autor: Jorginho Mello (PL/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo apresentado.

Resultado: Vista concedida.

PL 953/2021 - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo apresentado.

Resultado: Vista concedida.

PL 2838/2020 - Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Jornalista Carlos Viana (PODE/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com uma subemenda apresentada.

Resultado: Não deliberado.

CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Audiência Pública - Finalidade: Debater os seguintes temas: I – Política Nacional de Cibersegurança: Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e Plano Nacional de Cibersegurança; II – Relações entre Segurança e Defesa Cibernética; e III – Anteprojeto de lei sobre Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Sistema Nacional de Cibersegurança (SNCiber).

Resultado: Realizada.

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / *Incluída após envio da Agenda*

PL 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda nº 4; pela aprovação parcial das Emendas nº 1, 3 e 5, nos termos da emenda substitutiva que apresenta; pela rejeição das Emendas nº 2 e 6; e pela declaração de prejudicialidade dos pensados.

Resultado: Vista coletiva concedida.

REQ 2/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL 2338/2023, que “dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial”. / *Incluído após envio da Agenda*

Convidados:

- Ana Bialer, Representante da Bialer Falsetti Advogados e membro da ANPD;
- Mateus Costa Ribeiro, Fundador da *startup* Talisman;
- Marcelo Almeida, Representante da Associação Brasileira de *Softwares* (ABES);
- Representante do Conselho Digital;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Andriei Gutierrez, Representante da Kyndril;
- Cristian Rocha, Representante da *startup* Munai;

- Rafael de Paula Souza, Representante da Ubots;
- Luis Ceze, *CEO at OctoAI & Lazowska Endowed* e *Professor at University of Washington*;
- Representante do Google;
- Representante da Câmara-e Net;
- Marcos Ferrari, presidente da Telebrasil e Conexis;
- Matheus Puppe, Pesquisador;
- Ricardo Campos, Representante do Instituto *Legal Grounds for Privacy Design*;
- Rafael Pellon, Consultor da I2AI e da ME;
- Guilherme Forma Klafke, Professor FGV-SP;
- Eduardo Paranhos, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP);
- Dora Kaufman, Representante da Pontifícia Universidade Católica (PUC);
- Diogo Rais, Representante do Instituto Liberdade Digital;
- Igor Luna, Representante da Câmara Brasileira de Economia Digital (Câmara e-Net);
- Giovanna Carloni, Representante do Centro de Liderança de Política de Informação;
- Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Sam Altman, fundador da *Open AI*;
- Ronaldo Lemos, Representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio);
- Barbara Furiatti, ABStartups;
- Silvio Meira, Cientista-Chefe da *TDS Company* e um dos fundadores do Porto Digital;
- Diogo Garcia, Sócio-diretor & *Head* do Programa *Emerging Giants* (KPMG no Brasil).

Autor: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Resultado: [Aprovado](#).